

O campesinato brasileiro

The Brazilian peasantry

Igor Simoni Homem de Carvalho*

Ramofly Bicalho**

► DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2023.166.005>

Reprodução



Colheita de cacau (1954), de Candido Portinari. Óleo sobre tela, 100 × 130 cm

RESUMO

Este artigo tem como objetivo principal apresentar ao leitor um debate sobre o campesinato, com ênfase no caso brasileiro, compreendendo seu contexto histórico e suas interfaces na atual conjuntura. Utilizamos como referência autores da sociologia rural, da geografia agrária, da antropologia e da agroecologia. Sem a pretensão de esgotar as possibilidades de exploração do tema, pretendemos com este artigo demonstrar a importância do campesinato para pensar uma sociedade mais justa, igualitária e sustentável, em especial no caso brasileiro, em que o conceito de camponês é historicamente atacado e esvaziado. Valemo-nos da ideia de *referenciais camponeses* para demonstrar que o campesinato não representa a “encarnação de um tipo ideal”, mas sim uma categoria social sujeita às dinâmicas econômicas, políticas e ambientais, e, portanto, em constante movimento. A pesquisa realizada é essencialmente baseada em abordagem qualitativa e de cunho bibliográfico, não obstante o acúmulo dos autores em experiências de pesquisa e de trabalhos relacionados ao tema. Os resultados alcançados mostram que, apesar das adversidades encontradas, o campesinato brasileiro, em articulação com os povos indígenas, carrega as bandeiras da reforma agrária, da defesa dos territórios e da agroecologia e, portanto, deve ser reconhecido como protagonista da necessária transição global.

Palavras-chave: Campesinato. Movimentos sociais. Reforma agrária.

ABSTRACT

The aim of this article is to introduce the reader to the debate on the peasantry, with emphasis on the Brazilian case, understanding its historical context and its interfaces in the current situation. We used, as references, authors from rural sociology, agrarian geography, anthropology and agroecology. Without intending to exhaust the possibilities of exploring the theme, we intend to demonstrate the importance of the peasantry to think of a more just, egalitarian and sustainable society, especially in the Brazilian case, where the concept of peasant is historically attacked and emptied. We use the idea of “peasant references” to demonstrate that the peasantry does not refer to the “incarnation of an ideal type”, but rather to a social category subject to economic, political and environmental dynamics, and, therefore, in constant movement. The research carried out is essentially based on a qualitative and bibliographical approach, despite the authors’ accumulation of research experiences and works related to the theme. The results show that, despite the adversities encountered, the Brazilian peasantry, in conjunction with indigenous peoples, carries the flags of agrarian reform, defense of territories and agroecology and, therefore, must be recognized as protagonists of the necessary global transition.

Keywords: Peasantry. Social movements. Land reform.

O que se tem observado é que, mesmo estando em uma situação desfavorável nas disputas políticas e econômicas contemporâneas, o campesinato resiste em grande parte do mundo, e ainda representa uma parte significativa da população, em especial nos países do Sul

1. O CAMPESINATO: O INÍCIO, O “FIM” E A “REDESCOBERTA”

Durante a maior parte da história da humanidade, predominaram os modos de vida e produção camponeses (MAZOYER; ROUDART, 2009). No século XX, a crença no “fim do campesinato” tornou-se amplamente difundida, e, tanto entre capitalistas quanto socialistas, essa desapareição foi sugerida, às vezes como *inevitável*, e às vezes como *necessária* ao avanço do modelo de desenvolvimento urbano-industrial (LEFEBVRE, 1986; TOLEDO; BARREIRA-BASSOLS, 2008). O pressuposto (mesmo que implícito) da hegemonia do industrialismo e da urbanização na civilização moderna; a participação do campo proporcionalmente cada vez menor em termos de população e de riquezas produzidas na sociedade; a transmissão de símbolos, valores e modos de vida urbanos pelos meios de comunicação em massa — tudo isso contribuiu para se considerar o rural como “velho” e “atrasado” (FERREIRA, 2002). Nas diversas sociedades do mundo, o campesinato foi frequentemente visto como um resíduo (OLIVEIRA, 1986; NEVES, 2009).

Porém, nesse mesmo século XX, iniciou-se um processo de “redescoberta” do rural, que emerge como base potencial para repensar a sociedade contemporânea, em especial as relações desta com os recursos naturais. Como atesta Shanin (2005), tem sido recorrente a surpresa diante da tenacidade das formas sociais camponesas (o “problema do não desaparecimento”) e mesmo da “recampesinação” de algumas áreas. O número de camponeses hoje é proporcionalmente menor em relação à população mundial do que era em tempos anteriores. Porém, em números absolutos, nunca houve tantos camponeses no mundo quanto hoje, graças a sua resistência. Conforme aponta Mendras (1978, p. 11):

Recentemente, em todos os países industrializados, a atitude em relação ao campesinato sofreu uma reviravolta: de relíquia curiosa dos séculos passados [...], ele] se transformou em uma força revolucionária histórica, um desafio à economia industrial e um modelo humano que fascina os jovens cidadãos cansados de suas urbes.

O que se tem observado é que, mesmo estando em uma situação desfavorável nas disputas políticas e econômicas contemporâneas, o campesinato resiste em grande parte do



Assentamento Milton Santos, do MST, na região de Campinas (SP). Junho, 2011

mundo, e ainda representa uma parte significativa da população, em especial nos países do Sul — essa é uma constatação de diversos autores, como Sevilla-Guzmán e Molina (2006), Ferreira (2002), Wanderley (2000), Toledo e Barrera-Bassols (2008), Oliveira (1986), Lefebvre (1986) e até mesmo Henri Mendras¹. Segundo Giménez e Shattuck (2011), cerca de 1,5 bilhão de camponeses produzem metade da comida mundial, em geral ocupando terras marginais e com pouco ou nenhum apoio dos poderes oficiais.

O modo de vida camponês sempre coexistiu com diversos sistemas sociais — das sociedades de caçadores-coletores à industrial — e, ainda hoje, tem sua existência nos interstícios do sistema capitalista (SEVILLA-GUZMÁN; MOLINA, 2006). Como afirma Wanderley (1999), o campesinato não está em extinção; nas sociedades modernas, multiplicam-se as formas de agricultura familiar que se apresentam como agentes da agricultura moderna, mas as mudanças recentes nas sociedades agrárias não significam necessariamente uma ruptura completa com o campesinato, mas sim uma continuidade, na qual a herança camponesa é ainda bastante presente. A autora afirma ainda:

As profundas transformações resultantes dos processos sociais mais globais — a urbanização, a industrialização, a modernização da agricultura — não se traduziram por nenhuma “uniformização” da sociedade, que provocasse o fim das particularidades de certos espaços ou certos grupos sociais [...; mesmo] o agricultor familiar [moderno ...] guarda laços profundos — de ordem social e simbólica — com a tradição “camponesa” que recebeu de seus antepassados (WANDERLEY, 2000, p. 88).

Assim, historicamente, o campesinato esteve no centro da “questão agrária” que, segundo Fernandes (2008, p. 2), nasce “da contradição estrutural do capitalismo, que produz simultaneamente a concentração da riqueza e a expansão da pobreza e da miséria”. Tal desigualdade é produzida pela diferenciação econômica do campesinato, que resiste ou se sujeita à lógica do capital. Ainda segundo o autor, conflito por terra e desenvolvimento rural “são

¹ Segundo Wanderley (1999), Henri Mendras teria “anunciado o fim dos camponeses” em seu trabalho *La fin des paysans*. Não obstante, o autor afirma que “a ‘campesinização’ do Terceiro Mundo é um dos fenômenos mais importantes do final do século XX” (MENDRAS, 1978, p. 17).

O modo de vida camponês sempre coexistiu com diversos sistemas sociais – das sociedades de caçadores-coletores à industrial – e, ainda hoje, tem sua existência nos interstícios do sistema capitalista

processos inerentes à contradição estrutural do capitalismo e paradoxalmente acontecem simultaneamente”, o que é notoriamente observado no caso brasileiro. Fernandes vai além, afirmando:

A conflitualidade [...] está relacionada, essencialmente, à propriedade da terra, à renda da terra, à reprodução capitalista do capital, conseqüentemente à concentração da estrutura fundiária e aos processos de expropriação dos camponeses e assalariados por diversos meios e escalas e bases sociais, técnicas, econômicas e políticas. A resposta é a luta pela terra, reforma agrária, resistência na terra e a perspectiva de superação da questão agrária. Esses processos não se referem apenas à questão da terra, mas também às formas de organização do trabalho e da produção, do abastecimento e segurança alimentar; aos modelos de desenvolvimento da agropecuária e seus padrões tecnológicos, às políticas agrícolas, às formas de inserção no mercado e nos tipos de mercado; à questão campo-cidade, à qualidade de vida e dignidade humana. Por tudo isso, a questão agrária compreende as dimensões econômica, social, ambiental, cultural e política. A questão agrária é antes de tudo uma questão territorial (FERNANDES, 2008, p. 2).

Importante notar que, dentre as questões elencadas por Fernandes (2008), aparece a questão ambiental, que, segundo outros autores e autoras, torna-se central na questão agrária e camponesa contemporânea. Debates sobre sustentabilidade, qualidade de vida e serviços ecossistêmicos seriam então cruciais para o início de um processo de “redescoberta” do rural, de nascimento de “outra ruralidade”, calcada nos esforços de conservação da biodiversidade, na busca das amenidades do campo (principalmente através do turismo) e no surgimento de novas oportunidades econômicas. O rural emerge, assim, como base potencial para se repensar a sociedade contemporânea, em especial as relações desta com os recursos naturais (WANDERLEY, 2000; FERREIRA, 2002). Nesse “renascimento”, o rural torna-se cada vez mais diversificado e pluriativo, apresentando tensões e conflitos, refletidos nos interesses distintos entre, por exemplo, a destinação do espaço rural para produção, consumo ou preservação ambiental (WANDERLEY, 2000; FERREIRA, 2002; SHANIN, 2005).

O tema do campesinato é um dos maiores geradores de reflexões, controvérsias e publicações nas ciências sociais contemporâneas, e os debates a ele relacionados continuam intensos e profícuos (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2008). Lefebvre (1986) atribui a historiadores e geógrafos o início do estudo da realidade camponesa, que se tornou objeto da ciência a partir do momento em que apresentou problemas práticos, alvos de diferentes campos de estudo. O campesinato passou então a ser um objeto de estudo da sociologia

rural, mas, conforme aponta Jollivet (1998), sendo o meio rural um campo de investigação para todas as ciências, o estudo de seus habitantes não poderia nunca ser responsabilidade de apenas uma disciplina. Os debates contemporâneos sobre as crises ambiental e do capitalismo põem o campesinato ainda mais em destaque, na medida em que essa categoria social guarda, em seu modo de vida, alternativas ao modelo capitalista de produção e consumo e possibilidades concretas de ação para enfrentar as mudanças climáticas globais. No caso do Brasil, país que abriga as maiores reservas florestais do mundo, e vivencia, na contemporaneidade, o avanço das fronteiras agrícolas, tal debate se torna ainda mais pertinente.

2. OS REFERENCIAIS CAMPONESES

Mas, afinal, como se define um camponês? Suas especificidades regionais e temporais talvez tornem improvável uma definição universalmente aceita, o que só aumenta o desafio de balizar sua conceituação teórica.

Para começar, “um camponês”, não existe em nenhum sentido imediato e estritamente específico. Em qualquer continente, Estado ou região, os assim designados diferem em conteúdo de maneira tão rica quanto o próprio mundo. Dentro da mesma aldeia, o rico e o pobre, o proprietário de terras e o arrendatário, o chefe do grupo doméstico e um “braço” contratado romperão, muito frequentemente, qualquer continuidade de gradações regulares. Também a história acrescenta sua dimensão da diversidade, pois inclusive “o mesmo” poderia não ser o mesmo em diferentes anos, décadas e séculos (SHANIN, 2005, p. 1).

Assim, não é possível descrever ou compreender os camponeses fora de seus contextos histórico, social, econômico, político e ambiental. Suas incríveis diversidade, heterogeneidade e complexidade têm sido destacadas por muitos (p.ex., LEFEBVRE, 1986; SHANIN, 2005; NEVES, 2009). Não obstante, existem características referenciais encontradas em sociedades e comunidades de todo o mundo, de diferentes épocas, que balizam a noção de campesinato (SHANIN, 2005; NEVES, 2009).

Com base nos trabalhos de Mendras (1978), Lefebvre (1986), Oliveira (1986), Wanderley (1999), Shanin (2005), Sevilla-Guzmán; Molina (2006), Neves (2009) e outros, são listados aqui alguns desses referenciais, alguns dos quais serão aprofundados: 1) importância estrutural do grupo doméstico e comunitário; 2) importância das relações de interconhecimento, de solidariedade e reciprocidade na organização da vida econômica e da vida social; 3) vínculo a uma cultura “típica”; 4) unidade produtiva como local de moradia, implicando a inseparabilidade do espaço de produção do espaço de vida; 5) trabalho e renda prioritariamente relacionados à exploração da terra; 6) comercialização de excedentes e aquisição de produtos em mercados locais, implicando a participação majoritária em circuitos curtos de produção, distribuição e consumo; 7) especificidade do modo de produção, que inclui uma diversidade de cultivos e criações (poliprodução) e é, em geral, bem adaptado às condições ambientais locais; 8) autonomia relativa (social, econômica e cultural) perante a sociedade envolvente.

Esses traços fariam parte então do “tipo ideal” de uma coletividade camponesa; no entanto, dificilmente se encontrará esse tipo ideal reunindo, simultaneamente, todas as características listadas, pois, como afirma Mendras (1978, p. 16), “se é fácil [...] definir o

camponês em oposição ao agricultor de uma sociedade industrial e ao ‘selvagem’ [...], em compensação as coletividades observadas [...] são raramente a encarnação perfeita de um ou outro modelo”.

Como afirma Shanin (2005), a noção de campesinato não pode ser reduzida, pura e simplesmente, a somente um desses referenciais. A especificidade do camponês reflete a interconexão entre esses referenciais. Vale lembrar também que as sociedades camponesas são permeáveis a mudanças, e suas características, bem como suas relações com a sociedade geral, são dinâmicas (WOORTMANN, 2009).

Woortmann (1990) fala em “graus de campesinidade” (ou “camponesidade”) em vez de tentar definir com precisão quem é e quem não é camponês. Em consonância, Toledo (1995) observa que tais “graus de campesinidade” seriam definidos por características como: energia utilizada; escala ou tamanho do espaço produtivo e manejado; autossuficiência; natureza da força de trabalho; produtividade ecológico-energética e do trabalho; natureza do conhecimento; e cosmovisão. Para Sevilla-Guzmán e Molina (2006, p. 78):

O campesinato é, mais que uma categoria histórica ou sujeito social, uma forma de manejar os recursos naturais vinculada aos agroecossistemas locais e específicos de cada zona, utilizando um conhecimento sobre tal entorno condicionado pelo nível tecnológico de cada momento histórico e o grau de apropriação de tal tecnologia, gerando-se assim distintos graus de “camponesidade”.

Cabe aqui constatar que, independentemente do grau de autonomia ou integração ao mundo externo, o mundo camponês é dinâmico, complexo e diverso. Ao tentar desvendar as características do “campesinato do século XXI”, Ploeg (2011) fala da tendência (verificada atualmente e projetada para o futuro) de uma reestruturação agrícola mundial em um “modo camponês”, protagonizada por agricultores “de tipo camponês” ou “ao estilo camponês” (*peasant-like*). Como bem lembra Neves (2009, p. 312), “a condição camponesa não é uma essencialidade, mas um modo de organização de produção e de vida social segundo valores referenciais, elaborados também pela convivência em espaços de interculturalidades”. Interessa, então, destacar esses referenciais, presentes em maior ou menor grau nas famílias e comunidades rurais, como parâmetro de análise de sua realidade.

3. O CAMPESINATO NO BRASIL

No Brasil, muitas vezes, nem mesmo se reconhece a presença histórica do campesinato, como se nossa sociedade pudesse ter sua história resumida nas relações senhor-escravo e, posteriormente, capital-trabalho (NEVES, 2009). Ainda assim (ou exatamente por isso), alguns estudiosos vêm investindo um considerável esforço no sentido de apreender os processos e dimensões do rural brasileiro, afirmando que o campesinato, enquanto categoria social e semântica e marco teórico de análise, abriga notável sentido e utilidade para a compreensão do mundo rural brasileiro (p.ex., WANDERLEY, 1999; GARCIA JR.; PALMEIRA, 2001; FERNANDES, 2004; NEVES, 2009).

Tratando do campesinato latino-americano, Altieri e Toledo (2011) apontam para sua grande heterogeneidade, tanto cultural quanto ecológica. Para eles, é possível identificar um gradiente que abrange desde uma agricultura de subsistência, baseada

Deve ser mais bem empreendido um esforço intelectual que vise caracterizar os processos mais gerais de emergência, expansão, reprodução e eventual dissolução do campesinato brasileiro

exclusivamente em recursos locais, até propriedades comerciais intensivas em insumos externos, ligadas aos mercados nacional e internacional. Para Sevilla-Guzmán e Molina (2006, p. 14), em toda a América Latina, o desproporcional poder das classes privilegiadas não impediu a persistência de uma

heterogeneidade sociocultural nas classes oprimidas, portadoras de diferentes formas de conflitividade latente vinculadas à heterogeneidade sociocultural, articuladas não poucas vezes a um catolicismo popular (como sincretismo das crenças ancestrais das cosmovisões de suas etnicidades profundas) com um potencial liberador.

Até meados do século XX, cerca de 70% da população brasileira ainda residia no campo, mas o espaço físico e o poder econômico encontravam-se concentrados nas mãos dos detentores de grandes plantações voltadas para os mercados internacionais. Aos camponeses, sempre foi reservado um espaço marginal na sociedade e economia brasileiras (GARCIA JR.; PALMEIRA, 2001).

Alguns pesquisadores, insatisfeitos com a visão preconceituosa acerca do campesinato, vêm buscando redefinir os marcos da reflexão nesse tema, revelando a diversidade de expressões das formas camponesas de organização socioeconômica e cultural. Mesmo assim, deve ser mais bem empreendido um esforço intelectual que vise caracterizar os processos mais gerais de emergência, expansão, reprodução e eventual dissolução do campesinato brasileiro.

Wanderley (1999) destaca que uma característica marcante do campesinato brasileiro é a necessidade de garantir o autoconsumo concomitante à busca por integração positiva ao mercado, constituindo um território familiar, de vida e trabalho. Segundo a autora, “a história do campesinato no Brasil pode ser definida como o registro das lutas para conseguir um espaço próprio na economia e na sociedade” (WANDERLEY, 1999). Neves (2009) reforça que, especialmente no caso do Brasil, o campesinato luta pela (re)construção de seu patrimônio e detém grande capacidade de resistir a condições adversas e implementar estratégias de reprodução social, econômica e cultural. Assim, pode-se dizer que o campesinato brasileiro quase sempre esteve “abandonado à própria sorte”; mesmo assim, desenvolveu estratégias de sobrevivência e de reprodução, assumindo hoje o protagonismo na luta pela terra, por direitos políticos e por uma sociedade mais justa e sustentável. Para Ariovaldo Umbelino de Oliveira:

A partir de fins dos anos 1970, reinicia-se a organização de camponeses e trabalhadores rurais na luta pela terra e por direitos

As transformações profundas pelas quais a agricultura brasileira passou no século XX revelam suas contradições, presentes no interior da estrutura agrária, e sua componente contemporânea: a luta pela reforma agrária. Mais do que isso, revela a relação orgânica entre a luta pela terra e a conquista da democracia por esses excluídos. Conquista da democracia que se consuma na conquista da terra, na conquista de sua identidade camponesa, enfim, na conquista da cidadania (OLIVEIRA, 2001, p. 195).

Wanderley (1999) identifica outras particularidades do campesinato no Brasil: sua formação se deu ante a grande extensão das terras, o avanço sobre as fronteiras, refletidos na formação de imensos latifúndios e na disponibilidade de terras livres; sempre ocupou lugar secundário e subalterno na política e na sociedade, dessa forma apresenta extrema precariedade estrutural, o que contribui para sua grande fragilidade; e caracteriza-se pela instabilidade, grande mobilidade, contínua necessidade de adaptação.

No Brasil, pode-se dizer que as formas camponesas — caboclos, caipiras, ribeirinhos, seringueiros, quilombolas, extrativistas, colonos... — estão associadas (enquanto coadjuvantes) aos processos (e suas condições) de fluxo e refluxo da repressão e da imobilização da força de trabalho. Em determinadas conjunturas, a agricultura de exportação sobre-explorava contingentes de mão de obra, enquanto em outras os mantinha “próximos”, como “exército agrícola de reserva”, e em outras, muitos trabalhadores adentravam os “sertões”, passando a viver semi-isoladamente. Configura-se aí um “campesinato marginal”, que foi largamente responsável pela extensão de nossas fronteiras políticas, submetido a êxodos populacionais. Em determinado momento, esses êxodos se voltam às cidades brasileiras, porém continua a crescer um certo “campesinato marginal”. Acrescenta-se a esse contexto a divisão social do trabalho, que incumbia os camponeses de abastecer as cidades de alimentos, possibilitando o desenvolvimento das atividades econômicas a elas associadas (NEVES, 2009).

Na década de 1990 emergiu, nos meios intelectuais e governamentais, a expressão *agricultor familiar*, apontando para o surgimento dessa “nova” categoria, mais “moderna” e integrada (ou em vias de integração) ao mercado capitalista, em contraposição aos camponeses ou pequenos produtores, que exprimiriam “ineficiência” e “baixa produtividade”, e estariam fadados à extinção (FERNANDES, 2004; SAUER, 2008). É verdade que o termo foi capaz de oferecer guarida a um conjunto de categorias sociais — arrendatários, parceiros, assentados etc. — e seu uso foi consagrado pela própria Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura); mas sua adoção não foi tão tranquila entre os movimentos sociais e demais entidades agrárias (SAUER, 2008).

O termo *agricultura familiar* se consolidou como base para as políticas públicas no tocante à questão agrária (BOMBARDI, 2003; FERNANDES, 2004). Para Wanderley (1999), a agricultura camponesa seria uma das formas sociais de agricultura familiar. A agricultura camponesa não é simplesmente uma agricultura “de subsistência”, ou uma “pequena agricultura”. Ela busca o crescimento do patrimônio familiar, a reprodução do modo e espaço de vida e uma autonomia relativa, que em geral é combinada com a busca por uma interação positiva com o mercado e a sociedade. Ela mira no horizonte das gerações, desenvolve sistemas de policultura com pequenas criações. Pode ser enquadrada no que se chama “sociedade de interconhecimento”. Segundo Fernandes (2004, p. 27):

No final do século XIX, Lênin e Kautsky prognosticaram o desaparecimento dos camponeses no desenvolvimento desigual do capitalismo. No final do século XX, os teóricos da *agricultura familiar* procuram construir um método de análise em que o desaparecimento do camponês está no processo de metamorfose [dele] em agricultor familiar.

Outros autores têm se dedicado a discutir as diferenças entre os conceitos de agricultor familiar e camponês (p.ex., BOMBARDI, 2003; WANDERLEY, 1999). De maneira sucinta, vale dizer que o conceito de campesinato se interpõe ao de agricultores familiares, mas também se contrapõe ao de agricultores industriais capitalistas (ou associados ao “agronegócio”). Como bem observa Carvalho (2010, p. 3), “os camponeses brasileiros estão presentes e atuantes como classe social em construção, ainda que plena de contradições, e [...] sua reprodução social como classe é contrária ao modo de produção e tecnológico capitalista”.

A grande mobilidade é traço marcante do campesinato brasileiro, associada à instabilidade e à contínua necessidade de adaptação (WANDERLEY, 1999). Essa “itinerância” foi, durante muito tempo, estimulada pelos poderes públicos (e ainda o é, em certa medida) com o propósito de “povoar os campos *incultos* ou os *sertões*, atribuindo aos colonos papel essencial na expansão da fronteira política e econômica do Brasil” (NEVES, 2009, p. 316). Contudo, esse estímulo não era acompanhado por outras ações estatais que permitissem uma inserção mais qualificada das populações-alvo na sociedade



Arquivo Incra/BA

Equipe do Inca entrega contratos de concessão de uso (CCUs) para famílias de Angical (BA). Agosto de 2022

nacional, como, por exemplo, a dotação de estrutura nas áreas de colonização e a criação de mecanismos político-institucionais favoráveis à comercialização dos produtos.

Nesse íterim, é interessante analisar o campesinato brasileiro à luz do processo de formação, afirmação e ressignificação de identidades, processo esse submetido a dinâmicas sociais, econômicas, políticas e territoriais que estão, por via de regra, fora do controle das populações e comunidades nele inseridas. É em função dessas dinâmicas que se manifestam (ou se ocultam) as afirmações identitárias e as lutas por reconhecimento, por direitos e pela terra.

4. A LUTA CAMPONESA PELA TERRA NO BRASIL

A história do Brasil é marcada pela luta pela terra. Desde o período colonial, as capitânicas hereditárias e as sesmarias determinaram o início de uma forte dualidade entre detentores do poder econômico, político e territorial, de um lado, e indígenas, negros escravizados, camponeses e artesãos pobres, de outro. Essa dualidade se perpetuaria na formação de um país com uma enorme concentração de terras, gerando a eclosão de diversos episódios de conflito e luta pela terra. Interessa aqui uma breve análise a partir do início da institucionalização do movimento camponês de luta pela terra no Brasil.

A partir do final dos anos 1950 as políticas fundiárias irão se configurar como uma resposta à eclosão de conflitos no campo e à pressão dos movimentos sociais, que desencadearam a formação das Ligas Camponesas a partir de 1954. Nesse momento surgiram iniciativas de desapropriação de terras por governos estaduais, como, por exemplo, o governo de Leonel Brizola, no Rio Grande do Sul. A pressão por uma reforma agrária maciça chegou à esfera federal e, em 1961, o presidente Jânio Quadros assumiu o governo prometendo “uma grande mudança na agricultura”, tendo renunciado no mesmo ano, dando lugar a João Goulart, o Jango, que procurava responder de maneira mais efetiva à ebulição social articulando uma ampla reforma agrária, junto a outras reformas de base — urbana, educacional, bancária, fiscal e eleitoral. Tratava-se, efetivamente, de uma questão de libertação nacional, na qual o campesinato tinha grande protagonismo. Entretanto, duas semanas após as primeiras desapropriações de áreas improdutivas, Jango foi deposto pelo golpe empresarial-militar (BERGAMASCO; NORDER, 1996; MEDEIROS, 2018).

A ditadura militar (1964-1985) abafou violentamente os movimentos vinculados à Liga Camponesa, provocando a desarticulação da luta camponesa no Brasil (MEDEIROS, 2018). Nesse período, cerca de 160 mil famílias foram assentadas em 260 projetos de colonização, principalmente na Amazônia e fronteiras. Havia aí uma “clara tentativa de deslocar a luta pela terra para os locais mais afastados e desabitados do país, sobretudo áreas de fronteira agrícola, o que, mesmo assim, não evitou a concentração fundiária nem os conflitos pela posse da terra” (BERGAMASCO; NORDER, 1996, p. 21).

Com o progressivo abrandamento da repressão militar, a partir de fins dos anos 1970, reinicia-se a organização de camponeses e trabalhadores rurais na luta pela terra e por direitos, marcando uma nova conjuntura de disputas sociais, políticas e econômicas no mundo rural brasileiro. Tal organização foi animada por entidades de apoio e assessoria, especialmente aquelas vinculadas à Igreja Católica progressista, desembocando na criação de sindicatos e associações em diversas regiões do interior do Brasil. De fato, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), em especial, desempenharam papel importante nesse processo, fomentando ativamente a formação de

Arquivo CPT



Cruzes
com fitas
vermelhas
fincadas no
chão marcam
protesto
contra
violência no
campo

lideranças entre os trabalhadores rurais (OLIVEIRA, 2001). Para Abramovay (1995, p. 22):

Não há dúvida de que o trabalho das Comunidades Eclesiais de Base — que foi a atividade cultural progressista de maior enraizamento popular que já existiu em nossa história — deixou traços democráticos profundos. Um dos aspectos básicos do trabalho desenvolvido pelas CEBs permanece até hoje: ouvir as bases, organizar as reuniões de maneira a que todos — e não só os “dirigentes” — participem, desconfiar das estruturas burocráticas etc.

Além da luta pela terra, camponeses de todo o Brasil vivenciavam nesse momento a situação de “trabalhadores rurais”, submetidos muitas vezes a condições degradantes e ao trabalho escravo. Assim, eclodiam também conflitos trabalhistas no campo em vários locais, sobretudo na monocultura canavieira (BERGAMASCO; NORDER, 2003). Nesse contexto surge o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), considerado o maior movimento social brasileiro de luta pela terra. Outros movimentos sociais do campo também surgiram nos anos 1980 e 1990, como o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).

Com a reabertura política na década de 1980, o poder público passa a esboçar uma resposta à pressão dos movimentos sociais do campo. Inicialmente, alguns governos estaduais buscaram atender às demandas de agricultores sem-terra e posseiros, criando 634 núcleos de reforma agrária em 4,7 milhões de hectares para 120 mil famílias, na década de 1980. Tais iniciativas, entretanto, foram limitadas pelo problema da concentração fundiária, mesmo porque, pela Constituição Federal (a de 1967 e a de 1988), cabe somente ao presidente da República a desapropriação de áreas para fins de reforma agrária (BERGAMASCO; NORDER, 1996).

No governo de José Sarney foi apresentado o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), despertando ações violentas de fazendeiros e confrontos armados em diversas partes do país. Nessa reação foi fundada a União Democrática Ruralista (UDR), que se juntou à Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e à Sociedade Rural Brasileira (SRB) como representantes do patronato rural (BERGAMASCO; NORDER, 2003). Essas organizações



não admitiam, por exemplo, o dispositivo que permitia desapropriações por interesse social. Ocorreu um aumento da tensão e violência no campo, com formação de milícias privadas por parte de fazendeiros, que temiam uma avalanche de ocupações por sem-terra. Após modificações na proposta original, executadas pelo advogado ruralista Fábio Luchési, o PNRA passou de uma proposta de estímulo à mudança social para um obstáculo a ela — e assim foi aprovado pelo governo Sarney (BERGAMASCO; NORDER, 2003).

A opção do governo brasileiro desde 1964 foi a da modernização conservadora no campo, gerando maior concentração de renda e terras e maior exclusão social. As contradições contidas no Estatuto da Terra (que geram divergências até mesmo nos movimentos sociais) davam margem jurídica a essa opção, e assim a legitimavam. Os instrumentos para a reforma agrária continuaram a sofrer um desmonte no início da década de 1990. Nos governos de Sarney, Fernando Collor e Itamar Franco, um número insignificante de camponeses e trabalhadores rurais foi beneficiado por ações estatais, e os conflitos fundiários continuaram se acirrando (BERGAMASCO; NORDER, 1996; 2003).

No governo FHC, cresce a organização dos movimentos sociais do campo, e a pressão sobre o governo aumenta substancialmente. As ocupações de terra, organizadas principalmente pelo MST, passam a ser o principal instrumento de pressão por desapropriações, a contragosto de outras organizações de trabalhadores rurais, como Contag e federações estaduais (BERGAMASCO; NORDER, 2003). Nos anos 1990, a implantação de assentamentos rurais de reforma agrária foi superior a todas as ocorridas nas décadas anteriores, fruto da pressão exercida pelos movimentos sociais. Entre 2003 e 2016, nos anos dos governos Lula e Dilma, a implantação de novos assentamentos ainda não foi suficiente para mudar a estrutura agrária do país. A partir do golpe jurídico-parlamentar de 2016, a criação de novos assentamentos foi praticamente paralisada, bem como diminuíram substancialmente as verbas destinadas às políticas públicas que beneficiam as famílias assentadas, agricultoras familiares e camponesas em geral.

Segundo dados do Incra (2012), até dezembro de 2011 foram criados no Brasil 8.982 assentamentos rurais de reforma agrária, perfazendo uma área de 87.882.173 hectares e abrigando cerca de 1 milhão de famílias. Há ainda cerca de 1 milhão de pessoas ocupando terras à espera de serem assentadas (GIRARDI, 2008). Como concluem Bergamasco e Norder (1996, p. 9):

No Brasil a implementação dos assentamentos não decorre de uma deliberada política de desenvolvimento voltada para o atendimento das demandas da população rural, mas de uma tentativa de atenuar a violência dos conflitos sociais no campo.

Entretanto, é cada vez mais evidente a importância desses novos núcleos rurais na dinamização da economia e na geração de outros benefícios sociais, conforme têm atestado diversos pesquisadores (p.ex., BERGAMASCO; NORDER, 1996; OLIVEIRA, 2001; FERNANDES, 2004).

Mesmo sem uma verdadeira democratização do campo, a questão dos assentamentos acrescentou novos componentes na discussão agrária brasileira (BERGAMASCO; NORDER, 1996), e a discussão sobre o campesinato no Brasil ganhou novo fôlego. Segundo Sauer (2008), os debates e embates sobre a importância e o caráter de uma reforma agrária são recorrentes no meio acadêmico e político brasileiro, variando desde a completa negação da necessidade dessa reforma até a defesa veemente de que, sem democratizar o acesso à terra, não haverá democracia real na sociedade brasileira.

A reforma agrária deverá representar a eliminação da dominação social, clientelismo e oligarquias, persistentes no Brasil e entraves ao seu desenvolvimento econômico, cultural, social e político, rumo a um verdadeiro desenvolvimento rural sustentável. Farias (2007, p. 33) considera os assentamentos de reforma agrária como alternativa de recriação da vida camponesa:

Não apenas como um projeto estatal, mas como um espaço-tempo de lavouras e sonhos, constituído por um leque de representações sociais, criado e recriado cotidianamente pelas famílias, alicerçado nos valores camponeses em busca de permanência na terra de trabalho (FARIAS, 2007, p. 33).

A autora acrescenta ser fundamental considerar as especificidades da sociabilidade desses assentados camponeses, tendo em conta: o projeto familiar; as relações de parentesco e vizinhança; os processos de produção e de acesso aos mercados; o conjunto de forças sociais que se articulam e compõem o quadro de relações marcadas por conflitos; a mediação do Estado. De todo modo, observa-se que esses sujeitos “procuram organizar as relações sociais de modo a apresentarem a si mesmos e às sociedades alternativas viáveis para a conquista de uma qualidade de vida superior àquela que tinham em outros tempos e em outros lugares” (FARIAS, 2007, p. 35). Como salientam Bergamasco e Norder (1996, p. 10):

Após a conquista da terra, inicia-se uma nova luta, agora pela consolidação da posse da terra, pela obtenção de condições econômicas e sociais mais favoráveis ao estabelecimento desses trabalhadores rurais enquanto produtores agrícolas.

Assim como no sítio camponês, onde se realizam “trabalho e lazer, compromisso e liberdade”, o lote do assentamento não é visto como um mero fator de produção, mas também como lugar de morada e de trabalho, recriando, dessa forma, a condição e a identidade camponesa (MIRANDA, 2008, p. 188). A autora observa ainda que “o novo lugar construído no assentamento obedece às formas geométricas e às concepções de espaços trazidos nas lembranças de suas experiências passadas” (MIRANDA, 2008, p. 187), trazendo à tona a identidade territorial, de fundamental importância à identidade camponesa.

Nos assentamentos, o modo de vida camponês é reapropriado, inclusive por aqueles que há muito tempo haviam sido dele expropriados e cuja vida já se adaptara ao meio urbano e ao modo de produção capitalista. Esse neocampesinato está incorporando novos saberes técnicos, reaprendendo os segredos da natureza e da lida com a terra (MIRANDA, 2008, p. 192).

Não obstante, a continuidade do modo de vida e de trabalho camponês esbarra nos interesses dos jovens, que “recebem hoje um fluxo muito grande de informações e conhecimentos que se contrapõem aos saberes dos pais”, sendo bastante influenciados pelo modo de vida urbano (MIRANDA, 2008, p. 189).

Assim como Shanin (2005) e outros autores identificam no contexto global, Carvalho (2010) identifica um processo de “recamponesação” no Brasil, do qual a criação de assentamentos de reforma agrária seria um dos principais vetores. Marques (2008) também vê esse processo, e ainda aponta para a predominância de referências camponesas entre os valores que orientam a luta pela terra e a forma de organização social e territorial dos assentamentos rurais. Para ela:

A luta pela terra hoje existente no país constitui, de um modo geral, mais um capítulo da história do campesinato brasileiro, movido pelo conflito entre a territorialidade capitalista e a territorialidade camponesa. [...] O camponês brasileiro é um migrante e sua expropriação não tem representado uma ruptura total de seus vínculos com a terra, pois a maioria deles mantém alguma relação com o campo, seja ela mais próxima ou mais distante — relação direta de trabalho, vínculos familiares, relação de origem etc. O que explica, em parte, a permanência entre eles de um conjunto de símbolos e valores que remetem a uma ordem moral ou lógica tradicional e a possibilidade de o acesso à terra se apresentar como uma alternativa para pobres do campo e da cidade que buscam assegurar a sua sobrevivência mantendo a dignidade de trabalhador [...] a campesinidade é recriada em novas condições no contexto dos assentamentos, com base em novas experiências adquiridas por esses trabalhadores em sua passagem pela cidade, na vivência da luta, bem como, em certos casos, na vivência de novas experiências de organização da produção promovidas por movimentos sociais ou organizações não governamentais (MARQUES, 2008, p. 65-66).

Assim, podemos dizer que, mesmo integrando processos sociais, econômicos e políticos que fragilizam ou fortalecem as características camponesas, em âmbito geral os assentados da reforma agrária podem ser considerados camponeses, pois guardam referenciais, modos e perspectivas de vida fortemente vinculados ao universo camponês brasileiro.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O campesinato brasileiro mostra sua força diariamente, ao colocar comida nas mesas de dezenas de milhões de famílias brasileiras e ao lutar por uma sociedade mais justa e sustentável. A categoria social *camponês*, objeto secular de estudos e análises, segue sendo relevante, principalmente agora, quando o tema das mudanças climáticas e da degradação ambiental emerge não mais como uma “preocupação de luxo” das classes médias, mas sim como um definidor do próprio futuro da humanidade. Ademais, fica cada vez mais clara a insustentabilidade do capitalismo, o que conclama os povos do mundo a lutarem por uma maior justiça na distribuição de recursos como forma de prevenir ou de remediar o caos social, econômico e ecológico.

O campesinato vem guardando, por séculos a fio, características necessárias ao estabelecimento de um novo paradigma para toda a humanidade. Tratar a terra como lócus de reprodução da vida, e não apenas do capital; realocar a economia, fortalecendo os circuitos curtos de produção e consumo e evitando desperdícios e gastos energéticos desnecessá-

O campesinato brasileiro mostra sua força diariamente, ao colocar comida nas mesas de dezenas de milhões de famílias brasileiras e ao lutar por uma sociedade mais justa e sustentável



rios; fortalecer os vínculos humanos de solidariedade e reciprocidade, em vez da impessoalidade e individualismo típicos da sociedade urbano-industrial burguesa; tudo isso faz parte, naturalmente, do modo de vida camponês, e precisa ser resgatado para um futuro possível da humanidade no planeta Terra. O campesinato, enquanto categoria social, não é estático ou imutável, mas reúne características, aqui definidas como *referenciais camponeses*, que podem e devem ganhar maior visibilidade, em especial para a sociedade urbana, cada vez mais alienada das bases materiais de reprodução da vida.

Longe de esgotar o debate, este artigo teve o objetivo de demonstrar que o Brasil, país que conta com a maior biodiversidade, com a maior quantidade de água doce e de terras agricultáveis em todo o mundo, está no centro da definição sobre esse futuro possível. Portanto, o campesinato brasileiro, ao lado dos povos indígenas, e carregando as bandeiras da reforma agrária, da defesa dos territórios e da agroecologia, deve ser reconhecido como protagonista dessa necessária transição global.

* Doutor em Ambiente e Sociedade pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professor de Agroecologia e Educação do Campo na licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Lotado no Departamento de Educação do Campo, Movimentos Sociais e Diversidade. Docente no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola (PPGEA). Atua com as seguintes temáticas: agroecologia, reforma agrária e territórios camponeses. *E-mail*: igorshc@yahoo.com

** Doutor em Educação pela Unicamp. Professor associado III na UFRRJ, *campus* Seropédica. Lotado no Departamento de Educação do Campo, Movimentos Sociais e Diversidade. Docente na Licenciatura em Educação do Campo, no PPGEA e no Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (PPGEduc). Atua com as seguintes temáticas: políticas públicas de educação do campo, movimentos sociais e educação popular. *E-mail*: ramofly@gmail.com

► Texto recebido em 3 de novembro de 2022; aprovado em 10 de janeiro de 2023

ABRAMOVAY, Ricardo. De volta para o futuro: mudanças recentes na agricultura familiar. In: SEMINÁRIO NACIONAL DO PROGRAMA DE PESQUISA EM AGRICULTURA FAMILIAR DA EMBRAPA, 1., 1995, Petrolina. **Anais...**, Petrolina, 1995. p. 17-27.

ALTIERI, Miguel A.; TOLEDO, Víctor M. The agroecological revolution in Latin America: rescuing nature, ensuring food sovereignty and empowering peasants. **Journal of Peasant Studies**, v. 38, n. 3, p. 587-612, 2011.

BERGAMASCO, Sonia M. P. P.; NORDER, Luiz A. C. **A alternativa dos assentamentos rurais: organização social, trabalho e política**. São Paulo: Terceira Margem, 2003.

_____. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996. (Coleção Primeiros Passos).

BOMBARDI, Larissa M. O papel da geografia agrária no debate teórico sobre os conceitos de campesinato e agricultura familiar. **Geoup — Espaço e Tempo**, n. 14, p. 107-117, 2003.

CARVALHO, Horácio M. **Na sombra da imaginação (2): a recomposição no Brasil**. Curitiba: Associação Brasileira de Agroecologia, maio 2010. Mimeografado.

FARIAS, Marisa F. L. Lavouras e sonhos: as representações camponesas nos assentamentos de reforma agrária. **Revista Nera**, Presidente Prudente, n. 11, p. 33-47, jul.-dez. 2007.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Espaços agrários de inclusão e exclusão social: novas configurações do campo brasileiro. **Agrária**, n. 1, p. 16-36, 2004.

_____. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, Antônio Márcio (Ed.). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2008. p. 173-224.

FERREIRA, Angela D. D. Processos e sentidos sociais do rural na contemporaneidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 18, 2002.

GARCIA JR., Afrânio; PALMEIRA, Moacir. Rastros de casas-grandes e senzalas: transformações sociais no mundo rural brasileiro. In: SACHS, Ignacy; WILHEIM, Jorge; PINHEIRO, Paulo Sérgio (Org.). **Brasil: um século de transformações**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GIMÉNEZ, Eric H.; SHATTUCK, Annie. Food crises, food regimes and food movements: rumblings of reform or tides of transformation?. **Journal of Peasant Studies**, v. 38, n. 1, p. 109-144, 2011.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Proposição teórico-metodológica de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira**. 2008. Tese (Doutorado em Geografia) — Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008.

INCRA. **Informações gerais sobre os assentamentos da reforma agrária**. Brasília: Incra, 2012.

JOLLIVET, Marcel. A “vocalização atual” da sociologia rural. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 11, 1998.

LEFEBVRE, Henri. Perspectivas da sociologia rural: a comunidade camponesa e seus problemas histórico-sociológicos. In: MARTINS, José de Souza (Org.). **Introdução crítica à sociologia rural**. São Paulo: Hucitec, 1986. p. 144-162.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista Nera**, n. 12, jan.-jun. 2008.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. São Paulo: Editora Unesp; Brasília: Nead, 2010.

MEDEIROS, Leonilde S. Transformações nas áreas rurais, disputa por terra e conflitos sociais no estado do Rio de Janeiro (1946-1988). In: _____. (Org.). **Ditadura, conflito e repressão no campo: a resistência camponesa no estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Consequência, 2018. p. 49-92.

MENDRAS, Henri. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MIRANDA, Maria E. Assentamentos como território: forjando a identidade do trabalhador rural assentado. **Cadernos Ceru**, v. 19, n. 1, jun. 2008.

NEVES, Delma P. (Org.) **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil: formas dirigidas de constituição do campesinato**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. **Estudos Avançados**, v. 15, n. 43, p. 185-206, 2001.

_____. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática, 1986.

PLOEG, Jan Douwe van der. Trajetórias do desenvolvimento rural: pesquisa comparativa internacional. **Sociologias**, v. 13, n. 27, ago. 2011.

SAUER, Sérgio. **Agricultura familiar versus agronegócio**: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2008.

SEVILLA-GUZMÁN, Eduardo; MOLINA, Manuel G. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações — o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista Nera**, Presidente Prudente, n. 7, p. 1-21, jul.-dez. 2005.

TOLEDO, Víctor; BARRERA-BASSOLS, Narciso. **La memoria biocultural**: la importancia ecológica de las sabidurías tradicionales. Barcelona: Icaria, 2008.

WANDERLEY, Maria N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o rural como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 15, p. 87-145, 2000.

_____. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, Juan Carlos (Ed.). **Agricultura Familiar**: realidades e perspectivas. Passo Fundo: Ediupf, 1999. p. 23-56.

WOORTMANN, Ellen F. O saber camponês: práticas ecológicas tradicionais e inovações. In: GODOI, Emilia P.; MENEZES, Marilda A.; MARIN, Rosa A. (Org.). **Diversidade do campesinato**: expressões e categorias. São Paulo: Editora Unesp; Brasília: Nead, 2009. v. 2: estratégias de reprodução social, p. 119-130.

WOORTMANN, Klaas. Com parente não se neguceia: o campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico**, n. 7, p. 11-73. Brasília; Rio de Janeiro: Edunb; Tempo Brasileiro, 1990.